



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ 1,00

A T I V O

	2021	2020
CIRCULANTE	65.602.099	66.435.863
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	62.231.320	63.773.067
Caixa e Bancos Contas Movimento (nota 4)	831.075	1.262.366
Aplicações de Liquidez Imediata (nota 5)	61.400.245	62.510.701
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.370.779	2.662.796
Valores a Receber dos Programas de Estágio e Socioaprendizagem (nota 6)	2.680.808	2.086.365
Estoques (nota 7)	48.465	47.137
Adiantamentos aos Colaboradores (nota 8)	119.979	130.279
Despesas Antecipadas	284.225	253.280
Outras Contas a Receber	237.302	145.735
NÃO CIRCULANTE	43.744.710	34.896.981
IMOBILIZADO (nota 9)	43.281.632	34.798.707
INTANGÍVEL (nota 10)	463.078	98.274
TOTAL DO ATIVO	109.346.809	101.332.844

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Domingos Tarço Murta Ramalho
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR n.º 041.168/O-7



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ 1,00

P A S S I V O

	2021	2020
CIRCULANTE	5.625.061	4.159.728
Fornecedores	2.077.115	541.346
Contas a Pagar (nota 11)	205.992	174.740
Obrigações com Bolsa Auxílio (nota 12)	624.710	747.770
Obrigações Sociais e Trabalhistas (nota 13)	2.224.324	1.807.455
Obrigações Tributárias (nota 14)	125.580	85.889
Provisão para Contingências (nota 15)	23.000	25.000
Outros Débitos (nota 16)	344.340	777.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.721.748	97.173.116
PATRIMÔNIO SOCIAL	91.371.804	88.995.391
AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	5.451.135	5.801.312
SUPERÁVIT ACUMULADOS	6.898.809	2.376.413
TOTAL DO PASSIVO	109.346.809	101.332.844

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Domingos Tarço Murta Ramalho
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO
Em R\$ 1,00

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 18)	31.394.824	28.356.441
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
ASSISTÊNCIA SOCIAL (nota 20)	(28.596.552)	(27.587.126)
Programa de Socioaprendizagem	(22.294.524)	(17.794.872)
Programa de Capac. e Cidadania, Social Jovens e Família em Ação	(846.457)	(971.102)
Programa de Estágio	(5.455.571)	(8.821.152)
TRABALHO VOLUNTÁRIO (nota 21)	-	-
Despesas com Trabalho Voluntário	(735.173)	(693.103)
Receita com Trabalho Voluntário	735.173	693.103
RESULTADO ANTES DE OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	2.798.272	769.315
Despesas Financeiras	(1.509)	(1.666)
Receitas Financeiras (nota 24)	3.435.287	1.549.496
Baixas Ativo Imobilizado	316.582	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	6.548.632	2.317.145

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Domingos Tarço Murta Ramalho
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO
PERÍODO DE 31/DEZ/19 a 31/DEZ/21
Em R\$ 1,00

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT ACUMULADOS	TOTAL GERAL
SALDOS EM 31/DEZ/19	77.879.360	5.860.580	11.116.031	94.855.971
Aumento do Patrimônio Social conforme AGO 17/JUL/20	11.116.031	-	(11.116.031)	-
Realização da Avaliação Patrimonial	-	(59.268)	59.268	-
Superávit do Exercício a ser destinado ao Patrimônio Social	-	-	2.317.145	2.317.145
SALDOS EM 31/DEZ/20	88.995.391	5.801.312	2.376.413	97.173.116
Aumento do Patrimônio Social conforme AGO 30/MAR/21 (nota 17)	2.376.413	-	(2.376.413)	-
Realização da Avaliação Patrimonial	-	(350.177)	350.177	-
Superávit do Exercício a ser destinado ao Patrimônio Social	-	-	6.548.632	6.548.632
SALDOS EM 31/DEZ/21	91.371.804	5.451.135	6.898.809	103.721.748

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Domingos Tarço Murta Ramalho
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em R\$ 1,00

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	6.548.632	2.317.145
Ajustes por:	1.096.182	720.882
Depreciação e Amortização	514.669	442.977
Baixas de Bens do Imobilizado e do Intangível	435.418	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	148.095	277.905
Provisão para Contingências	(2.000)	-
(Acréscimo) Decréscimo em Ativos Operacionais	(856.078)	289.757
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Socioaprendizagem	(742.538)	315.316
Estoques	(1.328)	24.699
Adiantamentos aos Colaboradores	10.300	(1.055)
Despesas Antecipadas	(30.945)	(2.387)
Outras Contas a Receber	(91.567)	(46.816)
Acréscimo (Décrécimo) em Passivos Operacionais	1.467.333	(229.386)
Fornecedores	1.535.769	(258.700)
Contas a Pagar	31.252	(67.880)
Obrigações com Bolsa Auxílio	(123.060)	(487.065)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	416.869	(177.857)
Obrigações Tributárias	39.691	(3.608)
Outros Débitos	(433.188)	765.724
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.256.069	3.098.398
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(9.797.816)	(14.933.862)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(9.797.816)	(14.933.862)
REDUÇÃO/AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(1.541.747)	(11.835.464)
No início do exercício	63.773.067	75.608.531
No final do exercício	62.231.320	63.773.067

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

Domingos Tarço Murta Ramalho
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7

NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, abreviadamente denominado “CIEE/PR”, inscrito no CNPJ nº 76.610.591/0001-80, registrado sob nº 1.005 no Livro “A-1”, do registro de pessoas jurídicas do 2º ofício de registro de títulos e documentos da comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em 22/SET/67, e com última alteração registrada em 06/AGO/21, é uma associação de âmbito estadual, de direito privado, de fins não econômicos ou não lucrativos, de utilidade pública e de assistência social, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória, regido por seu estatuto social e legislação pertinente, tendo como características institucionais:

Não distribuir dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob qualquer forma ou pretexto.

Não pagar ou distribuir aos membros do quadro associativo, bem como aos seus diretores, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos ou por deliberação de seus órgãos institucionais.

Abster-se de qualquer atividade discriminatória, em respeito à dignidade do cidadão e sua autonomia.

Destinar, em caso de dissolução ou extinção, seu eventual patrimônio remanescente a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo do CIEE/PR.

As atividades desenvolvidas pelo CIEE/PR enquadram-se no disposto do art. 203, inciso III da Constituição Federal, art. 2º, inciso III e art. 3º da Lei nº 8.742/93 (LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social), têm como objetivo a promoção da integração ao mundo de trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal ou social. Tais atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e projetos voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

BASE DE PREPARAÇÃO

Expressas em reais (R\$ 1,00), as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC T 10 – dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, item 10.19 e interpretação NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, promulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação societária (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, como também de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), aprovado pela Resolução CFC no nº 1.255/09.

Nos termos da Instrução Normativa nº 1.774/17 e de acordo com o Decreto nº 9.555/18, a autenticação da Escrituração Contábil Digital - ECD, será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e essa autenticação dispensa qualquer outra forma de autenticação.

Dentre as práticas contábeis inclusas no pronunciamento técnico PME – contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, adotadas pelo CIEE/PR, destacam-se:

- Redução ao valor recuperável de ativos: a administração não identificou qualquer indicativo de que o valor contábil de seus ativos exceda ao valor recuperável.
- Demonstração dos fluxos de caixa: a administração incorporou o fluxo de caixa às suas demonstrações financeiras.
- Ativo intangível: a administração analisou os registros e saldos existentes no imobilizado, procedendo à segregação dos valores que se encontram no conceito de intangível.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

ATIVOS FINANCEIROS

O CIEE/PR classifica seus ativos financeiros em uma das categorias descritas abaixo, dependendo da finalidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem valores dos caixas, dos depósitos bancários em conta movimento e das aplicações de liquidez imediata que estão representadas pelos valores de aplicação, avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Valores a Receber Programas de Estágio e Socioaprendizagem

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem, principalmente, pela provisão de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos ao valor presente, menos a provisão para *impairment*, se aplicável.

IMOBILIZADO

Em 2011, a administração, por meio de laudos emitidos por profissionais habilitados, aplicou o valor justo na forma de custo atribuído (*deemed cost*) para os principais grupos do ativo imobilizado: terrenos e edificações.

Os demais itens do imobilizado continuam sendo mensurados pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, calculada pelo método linear, observando as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, assim como instalações diversas, e 20% para veículos, equipamentos de telefonia e equipamentos de informática.

INTANGÍVEL

Software

As licenças de *software* são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valores incertos que surgiram como resultado de transações passadas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, quando aplicável, são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 1000, seção 21, e consideram premissas definidas pela administração da Entidade e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são obrigatoriamente constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam obrigatoriamente provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros para manutenção e desenvolvimento do CIEE/PR são obtidos por meios próprios de contribuições institucionais ("taxa de administração"), recebidas de empresas privadas, profissionais liberais e órgãos públicos, decorrentes de atividades de integração entre empresa-escola, por meio do Programa de Socioaprendizagem e do Programa de Estágio, nada recebendo a título de dotação ou subvenção de qualquer órgão público federal, estadual ou municipal.

Ademais, cumpre informar que a Entidade mantém Termos de Colaboração, com a Fundação de Ação Social – FAS, de Curitiba e com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, de Maringá, para a inserção no mundo do trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Programa de Socioaprendizagem. Essas parcerias importam no recebimento de recursos financeiros voltados ao pagamento das despesas de custeio, conforme dispõe a Lei nº 13.019/14.

Por fim, destacamos que os beneficiários dos nossos serviços socioassistenciais não contribuem financeiramente com a Entidade (mensalidade ou doações), bem como não há qualquer forma de contraprestação por parte deles, sendo-lhes ofertadas todas as ações de forma gratuita.

APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos do CIEE/PR foram aplicados integralmente no território nacional, em suas finalidades institucionais, conforme o estatuto social e demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o CIEE/PR se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O CIEE/PR revisa suas estimativas regularmente.

4 CAIXA E BANCOS CONTAS MOVIMENTO

	2021	2020
Caixa	12.655	20.058
Banco Itaú S.A.	20.082	21.897
Banco do Brasil S.A.	690.756	1.057.330
Caixa Econômica Federal	279	279
Banco Bradesco S.A	105.558	142.941
Santander do Brasil S.A.	1.745	19.861
	831.075	1.262.366

5 APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Instituição	Modalidade de Aplicação	2021	2020
Banco Itaú S.A.	Fundos de Investimentos	6.162.689	5.014.895
Banco Itaú S.A.	CDB - IPCA	10.173.275	3.112.120
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	5.552.565	5.343.472
Banco do Brasil S.A.	CDB - DI	15.450.895	21.376.039
Banco do Brasil S.A.	Poupança - Ouro Diária	341.444	444.888
Caixa Econômica Federal	Renda Fixa FIC Personal RF LP	167.685	160.858
Banco Bradesco S.A	CDB	7.622.813	27.058.429
Banco Bradesco S.A	Fundos de Investimentos	15.928.879	-
		61.400.245	62.510.701

6 VALORES A RECEBER DOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO E SOCIOAPRENDIZAGEM

O montante registrado nesta rubrica refere-se aos valores a receber das organizações convenientes do programa de estágio e programa de socioaprendizagem:

	2021	2020
Contribuições Institucionais a Receber	3.398.240	2.679.294
Repasses a Receber Programa de Socioaprendizagem - CIEE Empregador	281.382	257.791
PECLD (Perdas Estimadas com Créditos de Liquid.Duvidosa)	(998.814)	(850.720)
	2.680.808	2.086.365

A maior parte dos valores que compõe o saldo de Contribuições Institucionais a Receber é realizada no prazo máximo de 30 dias. Sobre o montante em atraso há mais de 180 dias foi constituído valor a título de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização de valores a receber dos programas de estágio e de socioaprendizagem.

7 ESTOQUES

	2021	2020
Material de Expediente	11.912	8.139
Impressos Gráficos	5.711	4.174
Material de Divulgação	6.539	9.732
Material de Copa, Cozinha e Limpeza	7.521	8.980
Material de Informática	8.095	6.268
Material Elétrico, Manutenção e Aparelhos	3.328	2.000
Material para o Programa de Socioaprendizagem	5.359	7.844
	48.465	47.137

8 ADIANTAMENTOS AOS COLABORADORES

	2021	2020
Adiantamentos de Férias	119.979	130.279
	119.979	130.279

Os valores de adiantamentos de férias são regularizados na ocasião do gozo das férias.

9 IMOBILIZADO

	Total líquido					Total líquido
	2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2021
Terrenos	14.483.424	-	(375.200)	-	-	14.108.224
Bens Imóveis	19.357.614	17.563	(59.500)	(202.303)	5.632.925	24.746.299
Equipamentos de Informática	291.528	917.843	-	(183.028)	-	1.026.343
Móveis e Utensílios	368.865	828.884	(718)	(66.734)	-	1.130.297
Máquinas e Equipamentos	105.493	200.437	-	(24.766)	-	281.164
Equipamentos de Telefonia	31.544	14.702	-	(10.713)	-	35.533
Instalações Diversas	1.906	-	-	(323)	-	1.583
Benfeitorias/Obras em Andamento	158.333	6.948.308	-	-	(5.632.925)	1.473.716
Imobilizado em Andamento	-	478.473	-	-	-	478.473
	34.798.707	9.406.210	(435.418)	(487.867)	-	43.281.632

A transferência de Benfeitorias/Obras em Andamento, efetuada em 2021, para a conta de Bens Imóveis, ocorreu em virtude da reforma do edifício, localizado na Dr. Faivre nº 398, ter sido concluída. Os dispêndios da referida reforma estão refletidos no aumento do saldo de fornecedores a pagar na data base.

10 INTANGÍVEL

	Total líquido				Transferência	Total líquido
	2020	Adições	Baixas	Amortização		2021
Direito de Uso de Software	63.924	206.372	-	(26.802)	219.584	463.078
Software em Implantação	34.350	185.234	-	-	(219.584)	-
	98.274	391.606	-	(26.802)	-	463.078

11 CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Seguros a Pagar	12.780	30.483
Fornecimento de Água	5.495	3.578
Fornecimento de Energia Elétrica	11.451	7.201
Serviços de Telecomunicação	20.984	19.158
Indenização por Quilômetro Rodado	10.835	1.615
Aluguéis e Condomínios	92.829	96.179
CIEE's Autônomos	11.528	12.371
Serviços de Malotes e Postais	5.570	3.489
Parcelamento Aparelhos Celulares	30.907	-
Outras Contas a Pagar	3.613	666
	205.992	174.740

12 OBRIGAÇÕES COM BOLSA AUXÍLIO

São registrados nesta rubrica os valores de bolsa-auxílio recebidos das organizações convenientes, os quais serão repassados integralmente aos estagiários contratados pelas mesmas organizações.

	2021	2020
Bolsa Auxílio a Repassar - Curitiba	616.194	283.428
Bolsa Auxílio a Repassar - Cascavel	8.516	144.206
Bolsa Auxílio a Repassar - Londrina	-	320.136
	624.710	747.770

13 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2021	2020
Salários a Pagar	59.868	42.646
Rescisão de Contrato a Pagar	8.941	-
FGTS a Pagar	144.999	117.981
IRRF a Recolher	130.386	90.261
INSS a Recolher	109.933	66.419
Reversão Salarial a recolher	40	847
Provisão de Férias e Encargos Sociais	1.770.157	1.489.301
	<u>2.224.324</u>	<u>1.807.455</u>

14 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
IRRF a Recolher (retido de terceiros)	85.465	67.634
INSS a Recolher (retido de terceiros)	25.126	6.395
PIS/COFINS e CSSL a Recolher (retido de terceiros)	9.936	8.903
ISS a Recolher (retido de terceiros)	5.053	2.957
	<u>125.580</u>	<u>85.889</u>

15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisões para contingências

	2021	2020
Contingências Trabalhistas	23.000	25.000
	<u>23.000</u>	<u>25.000</u>

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31/DEZ/21, os passivos contingentes classificados pelos assessores jurídicos do CIEE/PR como perdas possíveis estão representados por processos de natureza cíveis:

	2021	2020
Contingências Cíveis	1.358.498	1.334.436
	<u>1.358.498</u>	<u>1.334.436</u>

Faz parte das contingências cíveis uma Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná, e que tramita perante a Vara da Fazenda Pública de Ibaiti, na qual o CIEE/PR figura como um dos requeridos. Em AGO/17, o Juízo de primeiro grau proferiu decisão de recebimento da petição inicial, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.429/92. A defesa foi apresentada em SET/17 e o valor atribuído à causa é de R\$ 1.317.357 nos termos do art. 17 da Lei nº 8.429/92. O processo ainda não entrou na fase de instrução probatória, sendo que apresentamos em MAR/22 pedido para aplicação da prescrição intercorrente, na forma da Lei nº 14.230/21, o qual aguarda decisão por parte do Juízo.

16 OUTROS DÉBITOS

	2021	2020
Adiantamentos Diversos	2.897	332.047
Termos de Colaboração	341.443	444.369
Débitos Diversos	-	1.112
	344.340	777.528

Os valores indicados na rubrica Termos de Colaboração referem-se aos convênios firmados junto à Fundação de Ação Social – FAS, de Curitiba e Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, de Maringá, que serão investidos no programa de socio aprendizagem para capacitação de menores aprendizes.

17 PATRIMÔNIO SOCIAL

O CIEE/PR, por meio de aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/MAR/21, atendendo à recomendação do Conselho Fiscal, destinou o superávit acumulado do exercício de 2020, no valor de R\$ 2.376.413, para incorporação ao patrimônio social.

18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é demonstrada pelos seguintes valores:

	2021	2020
Contribuições Institucionais - Programa de Estágio	17.137.784	16.813.673
Contribuições Institucionais - Programa de Socioaprendizagem	13.159.666	10.861.802
Receitas Programa de Socioaprendizagem - CIEE/Empregador	1.124.685	961.080
Receitas Termos de Colaboração	235.183	3.854
Receita Operacional Bruta	31.657.318	28.640.409
(-) Repasse de Contribuições Institucionais - Programa de Estágio	(117.668)	(194.191)
(-) Devolução de Contribuições Institucionais - Programa de Estágio	(84.913)	(62.000)
(-) Devolução de Contribuições Institucionais - Programa de Socioaprendizagem	(59.913)	(27.777)
Deduções	(262.494)	(283.968)
Receita Operacional Líquida	31.394.824	28.356.441

Contribuições Institucionais – Programa de Estágio: refere-se a valores de Taxa de Administração recebida de empresas privadas, profissionais liberais e órgãos públicos, cujos valores são aplicados no próprio Programa, bem como, também, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Contribuições Institucionais – Programa de Socioaprendizagem: refere-se à Taxa de Administração recebida das empresas parceiras, cujos valores são aplicados no próprio Programa (a exemplo de despesas relacionadas às capacitações teóricas, acompanhamento pela equipe multidisciplinar, etc.), bem como, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Programa de Socioaprendizagem – CIEE/Empregador: refere-se a valores destinados aos aprendizes que são contratados na forma do art. 431 da CLT, compreendendo a remuneração, encargos sociais e benefícios.

Receitas de Termos de Colaboração: refere-se a recursos de aplicação restrita e exclusivamente ao pagamento de despesas de custeio para a inserção no mundo do trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Programa de Socioaprendizagem, conforme convênios firmados com a Fundação de Ação Social – FAS, de Curitiba e com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, de Maringá. Essas parcerias importam no recebimento de recursos financeiros e responsabilidades decorrentes voltados ao pagamento das despesas de custeio, conforme dispõe a Lei nº 13.019/14.

Salienta-se que os serviços prestados aos beneficiários de nossos serviços são totalmente gratuitos, não havendo quaisquer cobranças dos usuários.

19 SEGUROS

O CIEE/PR adota a política de contratar cobertura de seguros para suas unidades contra incêndio e riscos diversos. As coberturas são contratadas pelos montantes considerados suficientes pela administração, com a orientação dos seus consultores de seguros, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade e os riscos envolvidos nas operações. As apólices possuem vigência até 12/ABR/22.

20 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CIEE/PR é uma entidade sem fins lucrativos, com atuação na área de assistência social. O CIEE/PR presta atendimento gratuito aos seus beneficiários de forma continuada, permanente e planejada. Direciona com absoluta prioridade todos os seus serviços aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, não deixando de atender a todos que nos procuram. Oferece oportunidades para a construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos socioassistenciais. Importante reforçar que muitos adolescentes e jovens que estão fora do sistema regular de ensino, retornam ao sistema, uma vez que é condição primordial para o Programa de Aprendizagem e para o Programa de Estágio, que os interessados estejam estudando. Ao mesmo tempo, atua no enfrentamento das desigualdades, ajudando-os a participar de forma ativa na sociedade, em sintonia com a Constituição Federal. Para isso, são ofertados os seguintes programas:

Programa de Socio aprendizagem:

Previsto pelo art. nº 428 e seguintes da CLT, regulamentado pela Lei nº 10.097/00 e reconhecido pela Lei nº 12.868/13 como um programa de assistência social, atende, prioritariamente, adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, exceto para PCDs que não possui idade máxima limite, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e sem experiência ou qualificação profissional, por meio de ações de proteção social que viabilizam a promoção do protagonismo e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do trabalho com o acompanhamento e intervenções de apoio, visando a adaptação e a permanência de adolescentes e jovens no mundo do trabalho. Este programa se baseia no princípio do trabalho educativo, ou seja, um trabalho em ambiente protegido, com base na formação metódica.

Os usuários participam de formação técnico-profissional metódica, que possibilita a convivência e o desenvolvimento de atitudes e habilidades para o mundo do trabalho. As atividades práticas são desenvolvidas nas dependências das unidades concedentes de aprendizagem, o que possibilita, simultaneamente, a integração do conhecimento teórico e prático. A capacitação teórica visa a formação técnica, na respectiva área profissional do curso e a preparação pessoal para o fortalecimento social e psicológico dos adolescentes e jovens, para criar mecanismos de enfrentamento e resolução das situações apresentadas na rotina diária do mundo do trabalho.

O Programa de Socio aprendizagem contribui fortemente para o aumento da escolarização de adolescentes e jovens brasileiros, uma vez que é condição primordial para a participação neste processo ser estudante regularmente matriculado e estar frequentando a rede regular de ensino, até a conclusão do ensino médio. Importante ressaltar a contribuição deste Programa também na redução de riscos do ingresso de adolescentes e jovens em situações de conflito com a lei, evitando, assim, o ingresso no sistema socioeducativo, prevenção ao trabalho irregular, exploração infantil e juvenil e trabalho em situações análogas à escravidão.

Programa de Estágio:

Atende estudantes adolescentes, jovens e adultos, a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/08.

Promove a efetivação e consolidação de direitos e ampliação do acesso à proteção social, por meio da integração ao mundo do trabalho, contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

O Programa de Estágio contribui fortemente para o aumento da escolarização da população brasileira (em especial dos adolescentes e jovens), uma vez que é condição primordial para a participação neste processo ser estudante regularmente matriculado e estar frequentando a rede regular de ensino.

Programa de Capacitação e Cidadania:

Atende, prioritariamente, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social de acordo com o público alvo da LOAS. O programa busca o fortalecimento, a conscientização e o protagonismo dos usuários. Disponibiliza conhecimentos técnicos, conceituais e atitudinais, sistematicamente organizados por meio de palestras, oficinas e cursos de capacitações, presencial e à distância, antes e durante sua inserção no mundo do trabalho, tais como: Auxiliar Administrativo, Como Ter Sucesso Nos Processos Seletivos, Informática Básica, LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, Marketing Digital e Internet, Matemática Básica, Oratória a Arte de Falar em Público, Qualidade no Atendimento ao Público, Linguagem e Comunicação, Telemarketing.

Programa Social Jovem em Ação:

Tendo em vista que a faixa etária de 14 a 18 anos é a mais vulnerável por questões econômicas e sociais, o Programa Social Jovem Ação atua na prevenção de riscos pessoais e sociais importantes aos quais esse público está submetido.

O Programa visa orientar para a promoção da cidadania, a autonomia e ao protagonismo juvenil, buscando a melhoria na qualidade de vida, proporcionando a capacitação profissional e oportunizando o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes e jovens de comunidades vulneráveis.

Objetivos específicos: contribuir para o desenvolvimento da capacidade de autonomia; potencializar as medidas de apoio social através da profissionalização; prevenir e evitar riscos sociais, perigos e incertezas para os grupos; aumentar a autoestima; combater as situações de exclusão, isolamento e discriminação; proporcionar um processo de entendimento do mundo em geral e do mundo do trabalho; capacitar os participantes, visando sua qualificação, empregabilidade, geração de renda e conquista da cidadania.

Tal programa é direcionado ao público alvo de adolescentes e jovens entre 14 a 18 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade, de acolhimento institucional

ou que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, semiliberdade ou liberdade assistida e os demais usuários da rede pública de proteção.

Programa Social Família em Ação:

Considerando que o atendimento integral à família é a base da assistência social, que alguns fatores de fragilização de vínculos familiares podem ser causa de situações conflituosas e que podem ser decorrentes da pobreza, da privação, da quebra de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento, o Programa Social Família em Ação Convivência e Fortalecimento de Vínculos orienta os participantes sobre a importância da rede familiar na prevenção e no enfrentamento de riscos sociais mais graves a que os adolescentes e jovens estão mais expostos.

Objetivos: O Programa Social Família em Ação atua na proteção social básica e tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, autonomia e protagonismo. Reconhecendo a fragilidade da população que vive em situação de vulnerabilidade pessoal ou social, decorrente da pobreza ou da privação, seja ela a ausência de renda ou a dificuldade de acesso aos serviços públicos primordiais; com fragilização de vínculos afetivos familiares e comunitários, sejam esses relacionais ou de pertencimento social, considerando variáveis como: discriminações étnicas, etárias, de gênero, por deficiências, entre outros. Proporciona mecanismos para o fortalecimento dos vínculos familiares, auxiliando na resolução de dificuldades de convivência que porventura ocorram entre os adolescentes, jovens e seus familiares; resgate da função protetiva das famílias e também a identificação das demandas do atendimento social individualizado, orientando e viabilizando o acesso dos participantes aos benefícios e serviços socioassistenciais disponíveis.

Em articulação com as Instituições Municipais de Assistência Social, que atuam nos serviços da rede de proteção, atende com absoluta prioridade o público referenciado em programas sociais, que se encontram em situação de vulnerabilidade: encaminhados de CRAS, CREAS, conselhos tutelares e de órgãos vinculados à área da justiça; de famílias em situações de trabalho escravo; com adolescentes e jovens em medidas sócio educativas; em situação de abrigo institucional; moradores em situação de rua; famílias com casos de trabalho infantil ou trabalho escravo; submetidas a outras violações de direitos, abandono ou negligência. Podem ser atendidos participantes dos Programas do CIEE/PR.

BENEFICIÁRIOS DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS LOAS E RESOLUÇÕES

Quantidade de Atendidos	2021	2020
Programa de Socioaprendizagem	8.885	7.857
Programa de Estágio	53.163	55.584
Programa de Capacitação e Cidadania	8.216	6.991
Programa Social Jovem em Ação	533	787
Programa Social Família em Ação	1.528	1.051
	<u>72.325</u>	<u>72.270</u>

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exercício 2021				
Programa de Socioaprendizagem	Programa de Capacitação e Cidadania/Social Jovens e Família em ação	Programa de Estágio	TOTAL 31/DEZ/21	
Salários e Encargos de Pessoal Seguro Acid Pessoal e Despesas Médicas - Estagiários	14.472.591	598.980	3.380.444	18.452.015
Lanches Programas Sociais	-	-	103.975	103.975
Materiais de Consumo	105.591	4.484	-	110.075
Água, Energia Elétrica, Correio	183.315	1.051	61.598	245.964
Comunicação (telefone e internet)	209.750	6.390	55.094	271.234
Locações e Condomínios	279.127	2.338	101.855	383.320
Instrutores e Palestrantes	1.023.515	657	237.902	1.262.074
Depreciação e Amortização	57.380	69.151	-	126.531
Tarifas Bancárias	211.444	2.314	52.253	266.011
Manutenção e Conservação	-	-	177.147	177.147
Outras Despesas com Programas (1) Gerais e Administrativas (2)	716.985	16.564	164.788	898.337
	437.146	5.949	268.928	712.023
	4.597.680	138.579	851.587	5.587.846
Total das Despesas	22.294.524	846.457	5.455.571	28.596.552

Exercício 2020				
Programa de Socioaprendizagem	Programa de Capacitação e Cidadania/Social Jovens e Família em ação	Programa de Estágio	TOTAL 31/DEZ/20	
Salários e Encargos de Pessoal Seguro Acid Pessoal e Despesas Médicas - Estagiários	11.900.522	476.571	5.512.961	17.890.054
Lanches Programas Sociais	-	-	109.219	109.219
Materiais de Consumo	137.874	1.891	-	139.766
Água, Energia Elétrica, Correio	118.750	1.956	53.181	173.887
Comunicação (telefone e internet)	170.168	4.804	95.947	270.919
Locações e Condomínios	227.504	1.986	174.028	403.518
Instrutores e Palestrantes	1.101.708	3.846	385.754	1.491.308
Depreciação e Amortização	348.603	95.074	-	443.677
Tarifas Bancárias	163.915	2.461	112.977	279.352
Manutenção e Conservação	-	-	173.117	173.117
Outras Despesas com Programas (1) Gerais e Administrativas (2)	464.844	16.167	259.015	740.026
	330.418	6.781	397.735	734.935
	2.830.566	359.565	1.547.218	4.737.348
Total das Despesas	17.794.872	971.102	8.821.152	27.587.126

(1) Fotocópias, serviços de cartórios, deslocamentos e alimentação, táxi, reembolso de quilometragem, transporte de documentos, serviços de impressões e outros.

(2) O valor das despesas gerais e administrativas está segregado nos serviços sociais, pois os atendimentos prestados pelo CIEE/PR aos seus beneficiários são totalmente gratuitos, ou seja, todo o ativo ou conjunto de ativos é destinado exclusivamente para execução dos serviços sociais.

21 TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, alterada em 21/AGO/15, “O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro”.

Dessa forma, os valores foram mensurados ao seu valor justo, considerando os montantes que o CIEE/PR pagaria caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 2021 foi reconhecido o montante de R\$ 735.173 (R\$ 693.103 em 2020).

22 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

O CIEE/PR obteve as seguintes isenções usufruídas no exercício:

	2021	2020
INSS (Patronal + SAT + Terceiros)	3.878.639	3.545.329
INSS Autônomos	17.936	23.737
COFINS	934.789	850.578
	4.831.364	4.419.644

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros do CIEE/PR foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Composição de saldos

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31/DEZ/21 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor de Mercado (não auditado)
Caixas e Bancos Contas Movimento	831.075	831.075
Aplicações de Liquidez Imediata	61.400.245	61.400.245
Valores a Receber dos Programas de Estágio e de Socioaprendizagem	2.680.808	2.680.808
Adiantamentos a Fornecedores e Colaboradores	119.979	119.979
Fornecedores	(2.077.115)	(2.077.115)
Contas a Pagar	(205.992)	(205.992)
	62.749.000	62.749.000

24 RECEITAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Descontos Obtidos	10.782	10.746
Receitas de Aplicação Financeira	3.424.505	1.538.750
	<u>3.435.287</u>	<u>1.549.496</u>

25 CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CIEE/PR obteve a renovação do CEBAS por meio da Portaria nº 150 de 29/NOV/16 da Secretaria Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União em 05/DEZ/16. O referido certificado abarcou a vigência de 26/MAR/15 a 25/MAR/18.

Em atendimento ao prescrito pela Lei nº 12.101/09, foi protocolado em 22/DEZ/17 o pedido de renovação tempestivo do CEBAS, sob nº 71000.082058/2017-68, e posteriormente o processo 235874.0056906/2021 em 19/MAR/21, ambos se encontram em análise no referido Ministério.

Com a publicação, em 31/MAR/20, da Portaria SNAS nº 51/20, e em decorrência do que consta no art. 24, §2º, da Lei nº 12.101/09 ("a certificação do CIEE/PR permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado"), o CIEE/PR continua no pleno exercício dos direitos atribuídos às Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Esclarece-se que, em razão da publicação da Lei Complementar nº 187, de 16/12/21, a Lei Federal nº 12.101/09 foi revogada.

Em dezembro foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, tal legislação quando entrou em vigor revogou a Lei nº 12.101/09, que regia a matéria e conseqüentemente suas regulações, como também os dispositivos das Leis nº 11.096/95 e 12.249/10.

A administração está avaliando os impactos desta nova legislação para instituição, em vistas a promover as alterações, se forem necessárias, para o devido cumprimento dos dispositivos que regem a manutenção do Certificado Beneficente de Assistência Social, visando a manutenção e o gozo das imunidades tributárias.

Todavia, em observância ao disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDT (Decreto-Lei nº 4.657/42), o processo de renovação do CEBAS da Entidade continua sendo regido pela legislação vigente à época de seu protocolo, qual seja, a Lei Federal nº 12.101/09.

Isto porque, a referida LINDB prescreve que “Art. 6º. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. §1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou”.

Ainda, a Lei Complementar nº 187/21 também prevê expressamente que sua aplicabilidade ocorrerá apenas para os requerimentos de concessão ou renovação apresentados a partir de sua publicação (art. 40), o que não é o caso da Entidade.

26 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O CIEE/PR possui imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais nos termos do art. 150 da Constituição Federal.

27 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração do CIEE/PR e autorizadas para divulgação em 16/MAR/21.

28 COVID-19

A pandemia do Covid-19, a qual teve início em 2020 e permaneceu em 2021 não impactou as atividades do CIEE/PR, no exercício de 2021. No entanto, a Administração (Diretoria e Conselhos) permanecerá atenta para eventuais efeitos que possam ocorrer no ano de 2022.

Domingos Tarço Murta Ramalho
Diretor Presidente

Leonel Vergílio de Melo Noga
Contador CRC/PR nº 041.168/O-7